

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº 047/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE AURORA DO TOCANTINS - TO A EMPRESA CORMECIAL DE SECOS E MOLHADOS NOVA ESPERANÇA LTDA.

Ao Fundo Municipal de Educação de Aurora do Tocantins, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na **Praça Zuza Tavares, Centro Aurora do Tocantins - TO CEP: 77325-00**, inscrita no CNPJ (MF) Nº **31.402.262/0001-06**, representada pelo (a) seu (a) gestor (a), o (a) Sr. (a) **Luanna Gonçalves de Farias Tavares**, brasileiro, Maior, capaz, portador do RG Nº. **1831548 SPTC-TO**, e do CPF (MF) Nº. **018.809.921-24**, doravante denominada CONTRATANTE, e o (a) empresa **Favorini Informática LTDA** inscrito (a) no CNPJ/MF sob o Nº **07.391.729/0001-85**, sediado (a) na **Rua Rondônia Centro, em Luiz Eduardo Magalhães -BA** Doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) **Ricardo Favorin** portador (a) da Carteira de Identidade Nº **85868991**, expedida pela (o) **SSP-BA**, e CPF nº **935.236.705-78**, tendo em vista o que consta no Processo nº **003/2025** e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a Aquisição de materiais de expediente variados, sendo: materiais de expediente para atender às necessidades Fundo Municipal de Educação de Aurora do Tocantins - TO.

1.1. Este Termo de Contrato vincula-se ao Termo de Referência, identificado na proposta vencedora, independentemente de transcrição

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	QTD	UNI	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNI	VLR TOTAL
1	4	Cx	Alfinete Colorido Cx C/ 100 Unidades		R\$ 25,00	R\$ 100,00
2	7	UND	Agenda De Escritório 2025 Espiral		R\$ 39,00	R\$ 273,00
3	2	PCT	ASPERIAL FINO 25 MM PLASTICO PRETO P/ ATÉ 160 Fls C/ 28 Unidades		R\$ 40,30	R\$ 80,60
4	4	RL	BARBANTE 100% ALGODAO COR CRU N6 100g		R\$ 8,00	R\$ 32,00
5	10	PCT	Balão- Cores Sortidas Tamanho 7 (Pct 50 Unidades)		R\$ 23,00	R\$ 230,00
6	8	PCT	Caneta Colorida (Pct Com 4)		R\$ 12,90	R\$ 103,20
7	10	UND	Caderno De 1 Matéria		R\$ 19,90	R\$ 199,00

8	5	CX	Clipe Nº10/0 120 Unidades		R\$ 27,30	R\$ 136,50
9	5	CX	Clipe Nº 8/0 25 Unidades		R\$ 16,00	R\$ 80,00
10	10	CX	Clipe Nº 6/0 50 Unidades		R\$ 18,00	R\$ 180,00
11	6	CX	Clipe Colorido 2/0 100 Unidades		R\$ 12,00	R\$ 72,00
12	6	CX	Cola Com Gliter (Cores Sortidas) 23 Gr 6 Cores		R\$ 29,60	R\$ 177,60
13	2	UND	Capa Plástica P/ Encd Cor Transparente A4 C/ 50 Unidades		R\$ 58,00	R\$ 116,00
14	10	UND	Corretivo Branco Em Fita 6 Metros		R\$ 34,00	R\$ 340,00
15	2	UND	Envelope A4 Amarelo Ouro 100 Und		R\$ 99,00	R\$ 198,00
16	15	UND	Eva Com Glitter Cores Variadas		R\$ 8,00	R\$ 120,00
17	20	UND	Folha De Eva Sem Gliter- Cores Variadas		R\$ 4,99	R\$ 99,80
18	10	UND	Estojo Pvc Cor Branco Cristal		R\$ 40,00	R\$ 400,00
19	4	RL	Fita De Cetim 3 Mm 100m (Cores Sortidas)		R\$ 40,00	R\$ 160,00
20	6	CX	Giz De Cera Pequeno 12 Cores		R\$ 8,50	R\$ 51,00
21	5	UND	Grampeador Pro Grande 23/08		R\$ 155,00	R\$ 775,00
22	10	UND	Grampeador 26/06		R\$ 54,00	R\$ 540,00
23	10	UND	Grampeador Mini		R\$ 16,00	R\$ 160,00
24	2	CX	Caixa De Lápis De Escrever C/ 144 Unidades		R\$ 155,00	R\$ 310,00
25	10	UND	Livro Ata 100 Folhas		R\$ 33,66	R\$ 336,60
26	3	UND	Marca Texto- Amarelo, Verde E Rosa		R\$ 40,99	R\$ 122,97
27	10	UND	Marcador De Página 100 Marcadores		R\$ 21,00	R\$ 210,00
28	2	PCT	Papel Adesivo 100 Folhas A4		R\$ 84,00	R\$ 168,00
29	2	UND	Resma De Papel A4 Cx C/ 10		R\$ 323,00	R\$ 646,00
30	15	UND	Pasta Catalogo 100 Fs		R\$ 40,00	R\$ 600,00
31	6	UND	Pasta Sanfona 12 Divisorias		R\$ 40,00	R\$ 240,00
32	4	PCT	Papel Offsit Branco (Pct 100 Folhas)		R\$ 40,80	R\$ 163,20
33	1	CX	Papel Oficio Cx C/ 10		R\$ 390,00	R\$ 390,00
34	15	UND	Papel Cartão (Cores Sortidas)		R\$ 3,50	R\$ 52,50
35	20	UND	Pen Drive 128gb		R\$ 85,00	R\$ 1.700,00

36	4	UND	Perfurador 2 Furos (De Até 100 Folhas)		R\$ 320,00	R\$ 1.280,00
37	6	UND	Prancheta Ofício A4		R\$ 29,00	R\$ 174,00
38	6	UND	Pistola De Cola Quente Média (Cor Pastel)		R\$ 62,00	R\$ 372,00
39	10	PCT	Post-It Colorido (50x 40 Mm) C/ 4 Unidades		R\$ 12,00	R\$ 120,00
40	5	UND	Rolo De Notas Adesivas Pratico		R\$ 25,00	R\$ 125,00
41	10	UND	Porta Caneta (Escritório)		R\$ 23,00	R\$ 230,00
42	4	PCT	Pouch Filme A4 C/ 100 Folhas		R\$ 95,00	R\$ 380,00
43	8	UND	Planer Formato 190x240 Mm (50 Folhas)		R\$ 31,00	R\$ 248,00
44	10	UND	Régua 30 Cm		R\$ 4,00	R\$ 40,00
45	20	UND	Tesoura 25 Cm		R\$ 22,00	R\$ 440,00
46	10	UND	Tesoura Sem Ponta		R\$ 21,00	R\$ 210,00
47	6	UND	Tesoura De Picotar		R\$ 85,00	R\$ 510,00
48	1	RL	Tnt Temático- Leitura		R\$ 120,00	R\$ 120,00
49	6	UND	Tripla Acrílico Polipropileno Fumê Móvel-Caixa De Correspondência		R\$ 70,00	R\$ 420,00
Total						R\$ 14.231,97

1.3. Quanto ao quantitativo, esclarece-se que só será pago o que efetivamente for consumido.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de **17/02/2025** e encerramento em **31/03/2025**, prorrogável na forma da Lei nº 14.133 de 2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ **14.231,97 (quatorze mil duzentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. Inclusive as despesas com transporte, traslado, alimentação e hospedagem de seus funcionários, colaboradores e prestadores de serviços, se encontra inserido no valor total deste contrato.



4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do contratante, para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

ÓRGÃO	UND	FUNÇÃO	SUB-FUNÇÃO	PROGRAMA	PROJ./ATIV.	CLASSIFICAÇÃO	FONTE
14	0005	12	361	0403	2010	3.3.90.30	500

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, indicados pelo contratado.

5.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

5.3. O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente prestados.

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.7. Não produziu os resultados acordados;

5.8. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.9. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA REPACTUAÇÃO

6.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.2. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.



7. CLÁUSULA SÉTIMA – RECEBIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

7.1. Os produtos serão entregues conforme cronograma abaixo, a qual o formulário periodicamente, tendo a proponente o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da solicitação, para entregar o produto solicitado em cada um dos órgãos requisitantes.

7.2. A entrega dos produtos se dará nas unidades solicitantes do município de Aurora do Tocantins/TO, podendo ser na zona urbana ou rural, ou seja, em toda a circunscrição municipal, tendo como seguinte cronograma:

7.3. Limpeza / MENSAL;

7.4. Devem-se observar os horários de entrega, conforme descritos a seguir: 08h às 12h, de segunda a sextas-feiras.

7.5. A contratada deverá, obrigatoriamente, consultar o departamento responsável, através dos telefones indicado nas solicitações de compra, para fazer o agendamento da entrega.

7.6. Correrão por conta da contratada quaisquer providências relativas à descarga do material, incluindo-se aí a necessária mão de obra.

8. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá:

8.1.1. Atender prontamente às solicitações da Contratante, realizar os serviços, conforme Termo de Referência.

8.1.2. Comunicar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

8.1.3. Executar os serviços, de acordo com as especificações contidas neste contrato e que consta no termo de referência.

8.1.4. Apresentar nota fiscal acompanhada das Certidões de Regularidades Fiscais;

8.1.5. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por ação ou omissão na prestação dos serviços ora contratados.

8.1.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

8.1.7. Manter durante a vigência do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

8.1.8. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE.

8.2. Utilizar de forma privativa e confidencial, os documentos fornecidos pela CONTRATANTE para a execução do Contrato.

8.3. Emitir relatórios ao CONTRATANTE expondo os fatos encontrados aquando dos levantamentos.

8.4. Manter informada sobre o andamento dos serviços, informando a sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.

8.5. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros.



8.6. Manter a CONTRATANTE informada sobre o andamento dos serviços, relatando sempre que se registrarem ocorrências extraordinárias.

8.7. Emitir, se necessário, notas técnicas para alertar e/ou esclarecer dúvidas ou, ainda, para corrigir as eventuais falhas detectadas durante a execução do serviço.

9. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Será responsável pela observância às leis, decretos, regulamentos, portarias e demais normas legais, direta e indiretamente aplicáveis ao contrato;

9.2. Atestar as notas fiscais/faturas, por servidor competente;

9.3. Responsabilizar-se pela lavratura do respectivo contrato, com base nas disposições da Lei nº 14.133/21 e suas alterações;

9.4. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas do contrato;

9.5. Efetuar o pagamento à empresa a ser contratada de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas na licitação, no contrato e Proposta da empresa;

9.6. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente através de preposto por ela credenciada;

9.7. Acompanhar, fiscalizar e avaliar os serviços prestados;

9.8. Zelar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

10.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);



10.2.1.1. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4 do item acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.1.2. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 10.1.2, 10.1.3 e 10.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2.2. Multa:

10.2.2.1. Moratória de 0,05% a 15,00% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

10.2.2.2. Compensatória, para as infrações descritas nos subitens 10.1.5. a 10.1.6. do item 10.1, de 0,05% a 15,00% do valor do Contrato.

10.2.2.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no subitem 10.1.3. do item 10.1, de 0,05% a 15,00 % do valor do Contrato.

10.2.2.4. Para infração descrita no subitem 10.1.2. do item 10.1, a multa será de 0,05% a 15,00% do valor do Contrato.

10.2.2.5. Para infrações descritas no subitem 10.1.4. do item 10.1, a multa será de 0,05% a 15,00% do valor do Contrato.

10.2.2.6. Para a infração descrita no subitem 10.1.1. do item 10.1, a multa será de 0,05% a 15,00% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

10.3. Previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):



10.8.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
10.8.2. As peculiaridades do caso concreto;
10.8.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
10.8.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
10.8.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:



- 11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

- 12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina da Lei 14.133/2021.
- 13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, por seus meios oficiais, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

- 16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da cidade de Aurora do Tocantins - TO.
- 16.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Aurora do Tocantins, 17 de fevereiro de 2025.



Secretaria Municipal de Educação de Aurora do Tocantins
Secretário – Luanna Gonçalves de Farias Tavares
Contratante

Empresa: Favorin Informática LTDA
Representante: Ricardo Favorin
Contratado

TESTEMUNHAS:

1- _____ CPF: ____ / ____ / ____ / ____

2- _____ CPF: ____ / ____ / ____ / ____

